

## A GÊNESE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Sérgio Schmitz  
Professor

Este artigo, desejamos enfatizar, não é proporcionar um estudo exaustivo e completo da experiência catarinense em planejamento governamental, nem identificar profundamente um plano de governo que, por certo, deu contribuição à história do pensamento econômico catarinense, mas analisar a maneira pela qual um dos mais bem elaborados, o PLAMEG, deu origem à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Por conseguinte, este exercício focaliza e faz a história da FAED, através do Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG (1961 / 1965).

Assim, paralelamente ao Ciclo dos Planos Federais, desenvolveu-se no Brasil uma crescente atividade de planejamento à nível estadual. Agindo em âmbito nacional ou através de organismos regionais, o governo central foi aderindo gradualmente aos métodos e técnicas racionais para orientar o seu desenvolvimento econômico. Essa prática de planejamento repercutiu nas administrações estaduais, que se tomaram permeáveis à lógica do planejamento econômico como meio para solucionar problemas de desenvolvimento e de relações com o Governo Federal.

Por sua vez, em Santa Catarina, o marco inicial no desenvolvimento do planejamento estadual foi representado pelo Plano de Obras e

Equipamentos - POE. Esse Plano surgiu em 1955, no término do governo de Irineu Borhausen. Previsto para ser um programa decenal (1955 / 1965), teve que ficar restrito a um período de 05 (cinco) anos (1955 / 1960) face à mudança do comando político havida na administração pública, sucedendo-lhe o PLAMEG.

No plano político, o que estava acontecendo era o seguinte: realizou-se no ano de 1950, a eleição para governador do Estado. Ganha a eleição Irineu Borhausen, candidato do Partido da União Democrática Nacional (UDN), não se elege o candidato do Partido Social Democrático (PSD), Udo Deeke, comandado pela oligarquia Ramos que estava no poder desde 1930. Rompe-se no Estado, um núcleo poderoso do poder político.

Em 1955, a oligarquia Ramos vai à oposição e perde, novamente, para Jorge Lacerda, que se faz governador pela UDN, candidatura capitaneada por Irineu Borhausen. Outra novidade, na política catarinense, ocorreu quando o governador Borhausen, completando seu mandato, encaminha à Assembléia Legislativa a Lei nº 1.356, de 04 de novembro de 1955 que aprova o Plano de Obras e Equipamentos - POE, caracterizando a primeira iniciativa de instrumentar uma ação pública, planejada.

Justificando o POE, os argumentos do governador Borhausen

eram assim colocados: "durante os quatro anos de direção da coisa pública, tendo procurado resolver os problemas fundamentais do Estado, tanto no que se refere à sua economia como ao bem estar de seu povo, cheguei a conclusão de que os mais importantes deles, por sua magnitude, não podem ser resolvidos num único período governamental, exigindo, sejam equacionados, para solução, dentro do prazo dilatado. Não quero fugir a oportunidade de anunciar ao povo catarinense, que enviarei à Assembléia Legislativa, para o exame devido, um Plano de Obras e Equipamentos, com que tais problemas serão resolvidos, no decênio que inicia. Espíritos que se não integram no regime democrático em que vivemos hão de talvez perguntar: por que, no último ano de seu mandato, há de um governador organizar um plano que só poderá ser executado, em sua maior parte, pelos seus sucessores? A maioria do povo desta terra generosa sabe que o governo - seja um governante ou uma série deles - deve manter, nas questões fundamentais para o progresso e bem-estar da coletividade, uma orientação no qual o tempo do mandato não tem significado. Aos que assim não pensam, direi que um governo cômico de suas responsabilidades, não atua em termos dos anos ou meses que lhe restam para o exercício do poder, porque este vem do povo, e é com projeção, desse povo, que os seus delegados tratam os interesses coletivos. Acrescentarei que o dever se fundem, com um só bloco, os períodos governamentais, a cuja a frente se

encontram nomes de espírito público"<sup>1</sup>.

De fato é importante indagar-se: por que no término de um governo explicita-se o planejamento governamental? Politicamente, pode-se sugerir o indício da vontade de um "partido" permanecer no poder por mais um decênio.

Entretanto, pode-se afirmar que a influência das idéias desenvolvimentistas, incorporando aspectos de desenvolvimento, já ensaiados antes, dentro do contexto nacional, no Plano Federal de Obras e Equipamentos (1946 / 1950) e no Plano Salte (1949 / 1953), evidenciam a preocupação das elites catarinenses, quanto à perspectiva do desenvolvimento econômico, através do planejamento governamental.

Não obstante, observando-se a evolução da experiência dos Planos, em Santa Catarina, pode-se notar que o Plano de Obras e Equipamentos -POE, foi inspirado no Plano Federal de Obras e equipamentos, com o objetivo de impulsionar a realização de obras públicas, bem como, o incentivo à indústria básica e no Plano Salte.

Dessa forma, o primeiro lhe prestou o nome e o segundo inspirou os setores em que se concentrariam os recursos (Saúde, alimentação, Transporte e Energia). Ressalta-se, contudo, que a grande observação que se pode fazer do referido Plano, é a de que foi previsto para ser decenal, porém, ficou reduzido a um período de cinco anos, sendo substituído pelo

**PLAMEG**, mais uma novidade na política catarinense.

Esta novidade na política "barri-ga-verde", foi uma surpresa. A oligarquia Ramos retorna o poder. No pleito de 03 de outubro de 1960, PSD em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro(PTB), tendo como candidato Celso Ramos para o governo do Estado, derrota o candidato da UDN, o ex-governador Irineu Bornhausen.

Entretanto, a vitória de Celso Ramos teve um antecedente escrito. O instrumento foi o "Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina".

A propósito, é interessante, antes de falarmos sobre o "Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina", reportarmos ao pensamento econômico brasileiro analisando sucintamente a ideologia desenvolvimentista, como ponto de partida para a compreensão do referido Seminário.

Os estudos sobre a evolução das idéias desenvolvimentista no Brasil, na década de 50, identificam duas correntes de pensamento: a implantação de um plano liberal e de um planejamento global, centralizado na industrialização.

Assim, a segunda corrente, caracterizada como desenvolvimentista, colocava como ponto de partida o posicionamento oposto. O estado deveria intervir na economia para permitir a industrialização.

Esta corrente era defendida pelos economistas da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL que serviu de subsídio ao

governo de Juscelino Kubitschek e à sua decisão de planejar o desenvolvimento do país, o que determinou a elaboração de um plano de governo. O plano incluiu a plataforma política utilizada por Kubitschek na campanha para eleger-se presidente do país.

Então, a nível nacional, o primeiro grande plano de desenvolvimento posto em prática, foi o Plano de Metas do governo Kubitschek. Esse plano partiu da concepção de que o Estado deveria criar condições necessárias e suficientes para que as empresas privadas desenvolvessem as indústrias de transportes e os setores agrícolas e pecuária.

O sistema de planejamento econômico obedecia a um esquema coordenado de desenvolvimento, contrariando as propostas anteriores de planejar. O objetivo primordial do Plano de Metas era, acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos.

É com base nesses fatos que se afirma que, a nível local, o Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG, vai amadurecendo. As características ideológicas do Plano de Metas do governo Kubitschek, sua mensagem decididamente industrializante, e seus objetivos explícitos vão, certamente influir como suporte no processo de formulação de políticas públicas e idéias de planificação.

Entretanto, o estado de Santa Catarina não tinha condições locais de incorporar-se àquela política econômica brasileira. Faltavam,

aqui, todos os elementos políticos, educacionais, instrumentais e de infra-estrutura possibilitadores da adoção de um agressivo plano de inversões que visassem a prepará-lo para a industrialização. O Estado beneficiava-se, em 1960, de apenas 92.531 Km de potência instalada, e esse vazio comovia, localmente, o quadro industrial que passou a fazer pequenas análises verificando, então, que não possuía as condições básicas para intentar qualquer processo. O quadro era melancólico. Esse problema foi discutido, a nível de Confederação Nacional da Indústria CNI e surgiu, daí, a idéia de um levantamento objetivo das condições sócio-econômicas de Santa Catarina, para efeito de geração de uma proposta e da tentativa de esboçar a formulação e difusão da ideologia desenvolvimentista. Surge, daí o "Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina", liderado pelo presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC, Celso Ramos e, para resultados inclusive político-eleitorais.

Após doze meses de trabalho, o Seminário é concluído. A idéia central do trabalho preocupou-se com a não fixação definitiva em qualquer modelo preestabelecido, mas situando, objetivamente, o problema, a fim de determinar os caminhos a seguir. Inverteu-se a sistemática dos seminários, congressos e das reuniões, e quem daria a solução seria a própria coletividade interessada em vencer certa ou localizada insuficiência. O diagnóstico tinha como objetivo o levantamento da opinião pública, a

fim de verificar em que medida poderia influir no projeto brasileiro o comportamento econômico-social de Santa Catarina.

O Seminário identificou e demonstrava, por exemplo, no setor de educação, para uma população em idade escolar primária de quase quinhentas mil crianças, só existiam duzentos e setenta e cinco mil matrículas. O ensino médio dispunha de apenas vinte e três mil vagas e o ensino superior, menos de mil vagas. As instalações escolares eram precárias e o ensino ministrado era do tipo tradicional, inexistindo por parte do Estado, o treinamento, ou ensino técnico profissional, somando-se a tudo isso, o despreparado corpo docente.

O Seminário sócio-econômico fora concluído, e nele emergiu uma proposta política que veio a ser incorporada, politicamente, por alguém que, tendo assumido a condição de candidato, comprometeu-se com o resultado do Seminário e elaborou um plano de Governo, que viria a ser o governador eleito do Estado.

Retomando a história observase, então, que o Seminário foi realizado pela FIESC, cujo presidente viria a ser o candidato e mais tarde o governador. Os compromissos que o industrial assumira com as comunidades e com o Povo passaram a ser os do candidato e finalmente do governador. Sua mensagem foi consubstanciada no documento referendado por aquele Seminário e que teve sua consagração no pleito de 03 de outubro de

1960, criando o Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG <sup>2</sup>.

Os objetivos do PLAMEG, resumiam-se na execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado. Esses três principais objetivos foram encaminhados para as seguintes metas: O Homem (Educação e Cultura, Justiça e Segurança Pública, Saúde e Assistência Social e Sistema de Água e Esgoto); O Meio (Energia, Rodovias e Obras de Arte); Expansão Econômica (Agricultura e Pecuária, Indústria e Crédito).

Essas metas originaram a criação de seis fundos obtidos mediante a vinculação de parcela da receita tributária e aplicação de convênios. Entre eles estava o Fundo Estadual de Educação, destinado a construção, reconstrução, ampliação e equipamentos de prédios escolares de ensino primário, médio e superior, inclusive aperfeiçoamento de serviços, melhoria dos padrões pedagógicos e subvenções e ajudas financeiras e técnicas a entidades particulares ou oficiais de outra órbita, vinculada aos setores <sup>3</sup>.

Por outro lado, Santa Catarina sempre se ressentiu de um órgão técnico capaz de orientar a sistemática educacional no Estado. Em 1962, foi projetado pelo PLAMEG um convênio com o Ministério de Educação e Cultura para a instalação, em Florianópolis, de um Centro Regional de Pesquisas Educacionais, cujos estudos pudessem servir de meios preciosos ao entendimento de um grande número

de problemas, ao mesmo tempo que fossem fornecer sugestões à substituição de processos empíricos e viciados, por novas atitudes determinantes de rumos mais claros e conscientes para a educação catarinense.

Para a execução dessa meta governamental, o PLAMEG iniciou suas gestões junto ao MEC, aos 14 de março de 1962, a fim de que fosse instalado o C.R.P.E. neste Estado. Após longos debates e estudos em torno do assunto e como decorrência da regulamentação da L.D.B., ficou assentado que o MEC não instalaria mais esses órgãos nos Estados, os quais ficariam a cargo das unidades federais, prestando-lhes o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a orientação técnica, independentemente de convênio <sup>4</sup>.

Dessa forma, à Secretaria de Educação e Cultura, por sugestões do PLAMEG, criou um Grupo de Trabalho que se encarregou da Programação do Centro de Pesquisas Educacionais de Santa Catarina.

Com efeito, na verdade estava incluída na programação quinquenal do setor (Educação e Cultura) a instalação, em Florianópolis, de um Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - CEPE.

Em 1962, os estudos foram realizados, visando a implantação do Centro, no exercício seguinte.

Quando da elaboração do anteprojeto do Sistema Estadual de Ensino, por sugestão do PLAMEG, o egrégio Conselho Estadual de

Educação deixou previsto a criação de Faculdade de Educação e junto à ela o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. Transformado em lei aquele documento, restava a instalação de ambos os órgãos, tarefa que ficou a cargo do PLAMEG, em seu programa de trabalho para 1963<sup>5</sup>.

A Faculdade de Educação era criada como órgão integrante do Instituto Estadual de Educação, em decorrência do disposto nos artigos 173 a 180, da Lei nº 3.191, de 8 de maio de 1963 (Sistema Estadual de Educação).

Segundo a lei citada, a Faculdade de Educação seria composta de um curso de pedagogia (CP) e de um Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE).

No segundo semestre de 1963, procedeu-se a elaboração do Regulamento Provisório da Faculdade, projeto que foi convertido no Decreto nº SE- 14-08-63/563, instalando-se, a seguir, em decorrência do artigo 56, do referido decreto, o CEPE, que iniciou as suas atividades, com pessoal técnico especializado.

A fim de dar cumprimento ao dispositivo regulamentar, que determinava a realização, em fevereiro de 1964, dos primeiros exames de habilitação ao Curso de Pedagogia, o Conselho Estadual de Educação fez realizar Concurso de Títulos para provimento, a título precário, das disciplinas do Curso.

O Concurso foi realizado regularmente e o governo homologou os

seus resultados através do Decreto nº SE-28-12-63 / 1.167, ficando habilitados e investidos nas disciplinas os professores fundadores.

Em fevereiro de 1964, foram então realizados os exames de habilitação para o preenchimento das vagas existentes no Curso de Pedagogia, sendo os seguintes os seus resultados:

-Requereram e obtiveram inscrição: 119 candidatos

-Compareceram às provas:

94 candidatos

-Aprovados..... 86 candidatos

-Inabilitados ..... 08 candidatos

Tendo em vista que o limite de vagas foi fixado em 50, pelo Regulamento da Faculdade, o Conselho Estadual de Educação, usando da atribuição que lhe foi outorgada pelo referido Regulamento (art. 25), autorizou desdobramento, de forma a proporcionar a todos os candidatos aprovados matrícula na 1ª série do Curso de Pedagogia. No dia 2 de março de 1964, foi proferida a aula inaugural da Faculdade pelo Professor Elpidio Barbosa, Secretário de Educação e Cultura e sob a direção do professor Osvaldo Ferreira de Melo<sup>6</sup>

Dessa forma, nasce no Estado a Faculdade de Educação e sua história surge com o Plano de Metas do Governo Estadual -PLAMEG, no mandato do Governador Celso Ramos e, dessa dinâmica emerge, em 1965, a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

## NOTAS

- (1) SANTA CATARINA. Governador, 1951-1956 (Irineu Bornhausen), Irineu Bornhausen: Síntese de quatro anos de governo (1951-1954): discurso. Florianópolis, 1955. P. 28-29.
- (2) Ver, a respeito, SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG 1961/1965. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985.
- (3) Ibid.
- (4) SANTA CATARINA. Governador, 1961-1965 (Celso Ramos) PLAMEG: 1º ano de trabalho. Florianópolis, 1962. p.19-20.
- (5) SANTA CATARINA. Governador, 1961-1965 (Celso Ramos) . Mensagem do Governador do Estado: 15 de abril de 1964. Florianópolis: 1964. P.39-40.
- (6) Ibid. P.341-342. Por outro lado, ver também: LINS, Zenilda Nunes. Faculdade de Educação: projeto e realidade. Florianópolis: IOESC, 1988.